

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ Nº 30.715.875/0001-30

NIRE Nº 42 3 0004949-2

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Agrônômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Novo Estado Participações S.A. (“Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

A Novo Estado Participações é uma sociedade anônima cujo objeto social é a participação, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios. Atualmente a Novo Estado Participações controla a subsidiária Novo Estado Transmissora de Energia S.A., cujas instalações de transmissão de energia elétrica estão localizadas nos Estados do Pará e Tocantins.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

Desempenho operacional

O índice de disponibilidade total de sua subsidiária Novo Estado Transmissora de Energia S.A. em 2025 atingiu 99,98%, 0,02 p.p. inferior ao obtido em 2024, de 100,00%. O ativo tem apresentado resultados de performance operacional de excelência desde sua entrada em operação comercial.

Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	Consolidado			
	31.12.2025	31.12.2024	Varição (R\$)	Varição %
Receita operacional líquida	576.800	584.866	(8.066)	(1,4)
Custos operacionais	(25.150)	(31.519)	6.369	(20,2)
EBITDA	561.729	557.512	4.217	0,8
Resultado financeiro	(295.053)	(308.895)	13.842	(4,5)
Lucro líquido do exercício	166.532	124.240	42.292	34,0

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

Receita operacional líquida: decréscimo de R\$ 8.066, referente, principalmente, à conclusão da implementação dos reforços no Sistema de Transmissão, impactando na redução da receita de construção, bem como ao reconhecimento em 2025 de baixas de depósitos judiciais devido a êxito em ação tributária, ocasionando uma redução do custo total de construção do projeto somada a baixas de valores provisionados e não realizados durante a construção dos ativos. O efeito negativo anteriormente citado, foi amenizado pelo incremento de R\$ 8.981 nas receitas de O&M.

Custos operacionais: diminuição de R\$ 6.370, referente, substancialmente, ao decréscimo de R\$ 15.272 no custo de implementação de infraestrutura de transmissão entre os exercícios em análise (contrapartida do valor negativo citado na receita, como ganho de eficiência na implementação devido a redução do custo total do projeto), parcialmente atenuada pelo aumento nos custos de pessoal, no montante de R\$ 9.482.

Ebitda: a variação é justificada pelo efeito positivo na redução dos custos operacionais de R\$ 6.369, bem como pelo reconhecimento do ganho na atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP no montante de R\$ 11.981, e suavizada pela redução da receita operacional líquida em R\$ 8.066.

Resultado financeiro: redução motivada, principalmente, pela redução dos juros e variação monetária sobre os financiamentos, bem como pela maior renda de juros decorrentes das aplicações financeiras e dos depósitos vinculados. A variação monetária sobre os depósitos judiciais favoreceu o efeito positivo supramencionado. Tais efeitos foram atenuados pelo maior reconhecimento de juros sobre as ações preferenciais.

Lucro do exercício: motivado pelos efeitos anteriormente citados, bem como os respectivos reflexos nos tributos sobre o lucro.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado (após deduções previstas no Estatuto Social); de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

O Acordo de Acionistas assinado na emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis, indica que, a partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos estão sendo destinados semestralmente, não estando a Companhia obrigada a distribuir dividendos antes deste evento.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 30.715.875/0001-30| NIRE Nº 42 3 0004949-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	156	47	80.683	84.788
Contas a receber de clientes	5	-	-	64.477	56.140
Dividendos a receber de controladas	8	59.341	46.801	-	-
Depósitos vinculados	6	-	-	6.136	2.312
Ativo de contrato	7	-	-	387.519	356.719
Outros ativos circulantes		39	10	40.640	46.191
		59.536	46.858	579.455	546.150
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Ativo de contrato	7	-	-	4.106.347	3.988.803
Depósitos vinculados	6	-	-	61.751	72.634
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.317	1.317	1.317	1.317
Outros ativos não circulantes		-	-	3.835	580
		1.317	1.317	4.173.250	4.063.334
Investimento	8	1.726.755	1.685.878	-	-
Imobilizado		-	-	3.679	3.324
Intangível	9	-	-	280.704	293.383
		1.728.072	1.687.195	4.457.633	4.360.041
TOTAL DO ATIVO		1.787.608	1.734.053	5.037.088	4.906.191

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	10	7	12	17.987	28.516
Dividendos		1.949	-	1.949	-
Financiamentos	12	-	-	121.724	121.224
Ações preferenciais resgatáveis	13	22.874	10.142	22.874	10.142
Obrigações fiscais e regulatórias		-	-	4.746	4.735
Outros passivos circulantes		1	-	3.921	3.278
		24.831	10.154	173.201	167.895
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	12	-	-	2.791.763	2.799.893
Ações preferenciais resgatáveis	13	480.868	493.278	480.868	493.278
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	307.607	214.495
Outros passivos não circulantes		-	-	1.740	9
		480.868	493.278	3.581.978	3.507.675
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	15	1.070.738	1.070.628	1.070.738	1.070.628
Reservas de lucros		211.171	159.993	211.171	159.993
		1.281.909	1.230.621	1.281.909	1.230.621
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.787.608	1.734.053	5.037.088	4.906.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 30.715.875/0001-30| NIRE Nº 42 3 0004949-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	-	-	576.800	584.866
Custos operacionais					
Custos de implementação de infraestrutura		-	-	21.648	6.376
Serviços de terceiros		-	-	(18.157)	(20.470)
Outros custos operacionais		-	-	(28.641)	(17.425)
		-	-	(25.150)	(31.519)
LUCRO BRUTO		-	-	551.650	553.347
Despesas operacionais					
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(41)	151	10.079	4.165
		(41)	151	10.079	4.165
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	8	249.858	197.057	-	-
Amortização da mais valia	8	(9.417)	(9.417)	-	-
		240.441	187.640	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		240.400	187.791	561.729	557.512
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		119	-	7.339	2.928
Renda de depósitos vinculados		-	-	9.540	7.630
Juros e variação monetária sobre financiamentos	12	-	-	(242.054)	(248.526)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	13	(73.941)	(63.506)	(73.941)	(63.506)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas		(46)	(45)	4.063	(7.421)
		(73.868)	(63.551)	(295.053)	(308.895)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		166.532	124.240	266.676	248.617
Imposto de renda e contribuição social	17				
Corrente		-	-	(7.032)	(23.721)
Diferido		-	-	(93.112)	(100.656)
		-	-	(100.144)	(124.377)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		166.532	124.240	166.532	124.240
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		0,15553	0,14420	0,15553	0,14420

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	166.532	124.240	166.532	124.240
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	166.532	124.240	166.532	124.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ N° 30.715.875/0001-30 | NIRE N° 42 3 0004949-2
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social			Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de capital - ágio na emissão de ações	Ajuste para adequação às normas do CPC	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2023	15	1.219.398	247.500	(497.500)	1.788	33.965	-	1.005.151
Aumento de capital		101.230	-	-	-	-	-	101.230
Recompra de ações preferenciais	13	-	(2.500)	2.500	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	124.240	124.240
- Reserva Legal		-	-	-	6.212	-	(6.212)	-
- Reserva de retenção de lucros ¹		-	-	-	-	118.028	(118.028)	-
Saldos em 31.12.2024	15	1.320.628	245.000	(495.000)	8.000	151.993	-	1.230.621
Aumento de capital		110	-	-	-	-	-	110
Recompra de ações preferenciais	13	-	(2.500)	2.500	-	-	-	-
Dividendos não reclamados ²		-	-	-	-	-	181	181
Dividendos intermediários		-	-	-	-	(34.115)	-	(34.115)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	166.532	166.532
- Reserva Legal		-	-	-	8.327	-	(8.327)	-
- Dividendos intercalares		-	-	-	-	-	(79.471)	(79.471)
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(1.949)	(1.949)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	76.966	(76.966)	-
Saldos em 31.12.2025	15	1.320.738	242.500	(492.500)	16.327	194.844	-	1.281.909

(1) A Companhia não efetuou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em 31.12.2024, uma vez que o estatuto estabelece que a destinação do dividendo mínimo obrigatório só pode ser efetuada após o pagamento dos dividendos prioritários.

(2) Os valores de dividendos não reclamados foram transferidos de outros passivos para a reserva de retenção de lucros após prazo de prescrição de 3 anos, em conformidade com a Lei n° 6.404/1976, Art. 287, II, "a".

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 30.715.875/0001-30 | NIRE Nº 42 3 0004949-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Novo Estado Participações S.A. (“Companhia” ou “NEP”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 15.06.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar, como *holding*, no capital de Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

A Novo Estado Transmissora de Energia S.A. (“Novo Estado”), controlada direta da Companhia, tem como objeto social a transmissão de energia elétrica. A controlada detém a concessão do Lote 3 do Leilão de Transmissão Aneel nº 002/2017, realizado em dezembro de 2017. O objeto da referida concessão é a construção, operação e manutenção de aproximadamente 1.800 quilômetros de linhas de transmissão, uma nova subestação e a expansão de outras três subestações existentes nos estados do Pará e Tocantins pelo prazo de 30 anos. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R\$ 313.100, a valores de 11.08.2017. Em 27.02.2023, a Companhia, através de sua controlada, finalizou a implantação do Projeto Novo Estado a partir da energização das linhas de transmissão entre as subestações Xingu e Serra Pelada, última etapa necessária para o atingimento da operação integral do sistema de transmissão. A operação comercial total foi alcançada dentro do prazo estabelecido pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Em 2025 e 2024, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 31.03.2026.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, NEP, e de sua controlada, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. A Novo Estado é sediada no Brasil.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.5) Ações preferenciais resgatáveis

Correspondem a ações preferenciais resgatáveis classificadas como passivos financeiros de acordo com a natureza e as características dessas ações, que determinam o pagamento de dividendos prioritários e cumulativos e resgate programado ou mandatário das ações a critério de seus titulares. As ações preferenciais resgatáveis são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas emissões e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M). Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente deste contrato – RAP (Receita Anual Permitida) – a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação da linha de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para “o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra” em relação ao “CAPEX do Projeto”, ambos definidos no respectivo plano de negócios. A margem proposta, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado “Parcela Variável” sobre a RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Ativo financeiro de concessão

O ativo financeiro referente ao empreendimento Novo Estado está sendo constituído em função da implementação do Reforço do Sistema Especial de Proteção (SEP), solicitado pela Aneel, o qual possui RAP associada, e que estão sendo reconhecidos à medida que as obrigações de performance são atendidas (construir, operar e manter) e o direito a receber se torna incondicional. A partir da entrada em operação do reforço, a Companhia passou a deter o direito contratual de receber a respectiva RAP, a qual será incorporada pelo regulador na próxima RTP. O saldo do ativo financeiro é atualizado mensalmente pelos mesmos índices de reajuste aplicáveis ao ativo de contrato.

d) Investimento

d.1) Investimentos em empresas controladas diretamente

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

d.2) “Mais valia” e combinação de negócios na aquisição de investimentos

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido das sociedades adquiridas é reconhecida no investimento como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida; e (ii) ágio, quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e, esta diferença, representa a expectativa de geração de valor futura.

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento das aquisições de controle nos balanços consolidados. O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O ágio decorrente da combinação de negócios, o qual é registrado no intangível, é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

e) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

f) Avaliação do valor de recuperação do intangível – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

g) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

k) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

l) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	156	47	38.562	33.767
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	-	-	42.121	51.021
	156	47	80.683	84.788

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, em fundos exclusivos de investimentos, que têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro e títulos privados, todos com liquidez diária. A rentabilidade média dos fundos nos anos de 2025 e 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 64.477 em 31.12.2025 (R\$ 56.140 em 31.12.2024) correspondem aos valores a receber dos contratos de encargos de uso da rede elétrica, os quais são reajustados anualmente em julho do respectivo ano. O prazo médio de recebimento é de, aproximadamente, 24 dias.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 67.887 (R\$ 74.946 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco da Amazônia (BASA), e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida.

NOTA 7. ATIVO DE CONTRATO

a) Mutação do ativo de contrato

	Consolidado
Saldos em 31.12.2023	4.176.685
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	6.972
Ganho por eficiência na construção	11.512
Juros	224.157
Variação monetária	304.178
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	5.456
Recebimentos RAP construção	(383.438)
Saldos em 31.12.2024	4.345.522
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	(13.193)
Ganho por eficiência na construção	8.771
Juros	223.050
Variação monetária	299.314
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	11.981
Recebimentos RAP construção	(381.579)
Saldos em 31.12.2025	4.493.866
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	387.519
Ativo não circulante	4.106.347
	4.493.866

O valor negativo no projeto Novo Estado relacionado a receita de construção de infraestrutura de transmissão refere-se: (i) baixas de depósitos judiciais devido a êxito em ação tributária, ocasionando uma redução do custo total de construção do projeto; e (ii) reversão de provisões por conta da reavaliação da expectativa de desembolso dos valores, reduzindo o custo de construção e consequentemente a receita de construção após a aplicação da margem de construção.

A atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP tem como base, principalmente, a expectativa de revisão da estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando em modificações nos valores das RAP futuras. Em função da revisão, o saldo do ativo contratual foi ajustado para considerar a nova estimativa do fluxo financeiro. Como resultado foi apurado um ganho, no exercício corrente, de R\$ 11.981 (R\$ 5.456 em 2024).

b) Ganho por eficiência na implementação de infraestrutura de transmissão

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das *commodities*, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado. No exercício corrente, foi reconhecido o montante de R\$ 8.771 referente ao ganho por eficiência na construção da infraestrutura (R\$ 11.512 em 2024). O ganho reconhecido em 2025 se deve a redução do custo total de construção, conforme explicação apresentada no item anterior.

c) Premissas adotadas

	Novo Estado ¹
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal) ²	305.498
RAP anual – Construção (valor nominal) ²	263.849
CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2023	3,3 bilhões
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2023	3.707.234
Entrada total em operação comercial	março de 2023
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	julho de 2028
Prazo da concessão	30 anos
Data assinatura contrato de concessão	08.03.2018
Vigência do contrato de concessão	março de 2048
Leilão	002/2017
Lote adquirido	Lote 3
Deságio em relação à receita máxima determinada pela Aneel	35,7%
Quantidade de subestações	1
Extensão da linha de transmissão	1.800 km

(1) Em 18.05.2021, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.996, e em 11.10.2022, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.940, a Aneel autorizou a Novo Estado a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade.

(2) Valores considerando a resolução homologatória nº 3.216 de 2023, que contempla a Revisão Tarifária Periódica.

d) Perfil de realização do ativo de contrato apresentado no ativo não circulante

	Novo Estado
2027	188.690
2028	191.900
2029	195.111
2030	195.111
2031	195.111
2032 a 2036	967.012
2037 a 2054	2.173.412
	4.106.347

NOTA 8. INVESTIMENTO

a) Composição (controladora)

	31.12.2025	31.12.2024
Participações societárias permanentes		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	1.517.416	1.467.122
Mais valia na aquisição de investimentos	209.339	218.756
	1.726.755	1.685.878

b) Mutação do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora							
	Saldos em 31.12.2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldos em 31.12.2024	Equivalência patrimonial	Dividendos	Dividendos não reclamados ¹	Saldos em 31.12.2025
Novo Estado	1.352.624	197.057	(82.559)	1.467.122	249.858	(199.744)	181	1.517.417
	1.352.624	197.057	(82.559)	1.467.122	249.858	(199.744)	181	1.517.417

(1) Os valores de dividendos não reclamados foram transferidos de outros passivos para a reserva de retenção de lucros após prazo de prescrição de 3 anos, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, Art. 287, II, "a".

c) Informações financeiras das principais controladas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas a seguir:

	31.12.2025					
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Participação (%)
Novo Estado	1.314.357	4.755.062	3.237.646	1.517.416	249.858	100

	31.12.2024					
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Participação (%)
Novo Estado	1.314.357	4.611.684	3.144.562	1.467.122	197.057	100

d) Dividendos a receber da controlada

Em 31.12.2025, a Companhia possui R\$ 59.341 (R\$ 46.801 em 31.12.2024) de dividendos a receber oriundo da controlada Novo Estado.

NOTA 9. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Direitos de projetos em desenvolvimento	209.339	218.756
Direito de uso de ativos	71.365	74.627
	280.704	293.383

Os direitos de projetos em desenvolvimento correspondem ao valor justo pago quando da aquisição de Novo Estado pela controlada direta Novo Estado Participações S.A. que excedia o valor contábil dos ativos líquidos, o qual foi apurado por avaliador externo especializado para avaliação a valor justos. Adicionalmente, a Companhia apurou um direito de concessão oriundo do reconhecimento do passivo fiscal diferido de R\$ 71.365, tal saldo está apresentado na rubrica de "Direito de uso de ativos" na tabela de composição apresentada nesta Nota.

A amortização desse montante está sendo realizada de forma linear no prazo da autorização de uso dos ativos. Em 2025 a Companhia amortizou o montante total de R\$ 12.679 (R\$ 12.369 em 2024), sendo R\$ 9.417 (R\$ 9.417 em 2024), referente aos Direitos de projetos em desenvolvimento e R\$ 3.262 (R\$ 2.952 em 2024), referente ao Direito de uso de ativos.

NOTA 10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	15.155	26.179
Fornecedores de materiais e serviços	2.767	2.281
Encargos de uso da rede elétrica	65	56
	17.987	28.516

NOTA 11. GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA e ao CDI, em decorrência dos financiamentos e ações preferenciais. A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo. A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2025	2026	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.
CDI	14,9%	12,1%	-2,8 p.p.	3,0 p.p.	-0,0 p.p.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. As variações que poderão impactar o resultado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamentos				
IPCA	2.913.487	6.405	(25.225)	(1.217)
Ações preferenciais resgatáveis				
CDI	503.742	12.181	(14.421)	179

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	503.742	503.420	3.417.229	3.424.537
(-) Depósitos vinculados	-	-	(67.887)	(74.946)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(156)	(47)	(80.683)	(84.788)
Dívida líquida	503.586	503.373	3.268.659	3.264.803
Patrimônio líquido	1.281.909	1.230.621	1.281.909	1.230.621
Dívida líquida/Patrimônio líquido	0,4	0,4	2,5	2,7

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado					Contábil
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual	
Fornecedores	17.987	-	-	-	17.987	17.987
Ações preferenciais resgatáveis	87.922	188.496	222.998	476.019	975.435	503.742
Financiamento	223.688	454.996	448.055	2.877.781	4.004.520	2.913.487
	329.597	643.492	671.053	3.353.800	4.997.942	3.435.216

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	-	-	42.121	51.021
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	156	47	38.562	33.767
Contas a receber de clientes	-	-	64.477	56.140
Depósitos vinculados	-	-	67.887	74.946
	156	47	213.047	215.874
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	7	12	17.987	28.516
Financiamentos	-	-	2.913.487	2.921.117
Ações preferenciais resgatáveis	503.742	503.420	503.742	503.420
	503.749	503.432	3.435.216	3.453.053

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 12. FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	97.458	2.091.203	2.188.661	91.459	2.092.510	2.183.969
BASA	18.811	700.560	719.371	24.000	707.383	731.383
Encargos	5.455	-	5.455	5.765	-	5.765
	121.724	2.791.763	2.913.487	121.224	2.799.893	2.921.117

b) Mutação dos financiamentos

	Consolidado
	Total
Saldos em 31.12.2023	2.934.137
Juros	143.701
Varição monetária	104.825
Amortização de principal	(117.192)
Amortização de juros	(144.354)
Saldos em 31.12.2024	2.921.117
Juros	134.860
Varição monetária	107.194
Amortização de principal	(106.616)
Amortização de juros	(143.068)
Saldos em 31.12.2025	2.913.487

c) Vencimentos dos financiamentos apresentado no passivo não circulante

	Consolidado
2027	125.717
2028	129.042
2029	132.460
2030	135.893
2031	139.588
2032 a 2036	760.417
2037 a 2041	883.412
2042 a 2044	485.234
	2.791.763

d) Condições contratadas

	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2025
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	
Novo Estado				
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	05.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	2.193.050
BASA	IPCA + 1,44% a.a.	08.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	720.437

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança corporativa da ENGIE.

f) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES e BASA	ICSD ¹ ≥ 1,3

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") previsto nos contratos de financiamento de Novo Estado é apurado para fins de acompanhamento dos limites de distribuição de recursos aos acionistas e volume de contas reservas e seu não atingimento não é previsto como evento de inadimplemento, e, dessa forma, não sujeito ao vencimento antecipado da dívida. Nos exercícios findos em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Novo Estado atingiu o limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida estabelecido em seus contratos firmados com o BNDES e BASA.

NOTA 13. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 21.08.2020, aprovou a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas escriturais, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R\$ 500.000. A emissão ocorreu em 01.09.2020. As ações dão direito de participar dos dividendos declarados e distribuídos pela Companhia de forma prioritária e cumulativa. A partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos estão sendo destinados semestralmente, não estando a Companhia obrigada a distribuir dividendos antes deste evento. Os custos de emissão totalizaram R\$ 23.243 e foram custeados pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, nos termos da emissão.

A quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 94.014.683, subdivididas em 12 classes, com diferentes prazos de resgate, sendo o prazo de resgate da última classe 31.10.2034. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Novo Estado Participações S.A.	5,2385	2,6192	2,6192

Para efeitos societários na Companhia, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$ 250.000, e parte como reserva de capital, no montante de R\$ 250.000. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento financeiro, portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de qualquer pagamento de proventos ou distribuições pela Companhia.

a) Mutação das ações preferenciais resgatáveis

	Consolidado
Saldos em 31.12.2023	588.763
Juros	63.506
Amortização de principal	(2.500)
Amortização de juros	(146.349)
Saldos em 31.12.2024	503.420
Juros	73.941
Amortização de principal	(2.500)
Amortização de juros	(71.119)
Saldos em 31.12.2025	503.742
Classificação no balanço patrimonial	
Passivo circulante	22.874
Passivo não circulante	480.868
	503.742

Em 2025, a Companhia realizou o resgate das ações preferenciais de classe 3, no montante de R\$ 2.500 mil (R\$ 2.500 mil das ações preferenciais de classe 2 em 2024). Adicionalmente, em 2025 também foram efetuados os pagamentos de dividendos prioritários no montante de R\$ 71.119 (R\$ 146.349 mil em 2024). Vale ressaltar que os dividendos prioritários são apurados com base no lucro societário, em que os registros oriundos da emissão das ações preferenciais são tratados como instrumentos patrimoniais, ou seja, os resultados oriundos da atualização destes montantes não são considerados na base de distribuição.

b) Vencimentos das ações preferenciais resgatáveis apresentadas no passivo não circulante

	Consolidado
2027	12.500
2028	30.000
2029	42.500
2030	52.500
2031	82.500
2032 a 2035	260.868
Ações preferenciais resgatáveis	480.868

NOTA 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Composição

Natureza dos créditos	Controladora				Total
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	
					31.12.2024
Ativo:					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	3.874	969	348	1.317	1.317
Ativo líquido		969	348	1.317	1.317

Natureza dos créditos	Consolidado				Total
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	
					31.12.2024
Passivo:					
Receita/custo de implementação de infraestrutura	1.129.938	282.485	101.694	384.179	298.056
Valor justo de direitos de projeto adquirido	209.339	52.335	18.841	71.176	74.377
Ativo:					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	428.662	107.166	38.580	145.746	155.780
Outros	9.760	2.440	879	3.319	3.475
Passivo líquido		(225.214)	(81.076)	(306.290)	(213.178)
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		(226.182)	(81.425)	(307.607)	(214.495)
Ativo		968	349	1.317	1.317
Total		(225.214)	(81.076)	(306.290)	(213.178)

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2023	1.317	(112.522)
Impostos diferidos no resultado	-	(100.656)
Saldos em 31.12.2024	1.317	(213.178)
Impostos diferidos no resultado	-	(93.112)
Saldos em 31.12.2025	1.317	(306.290)

NOTA 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2025, era de R\$ 1.320.738 (R\$ 1.320.628 em 31.12.2024), dividido em 1.014.223.736 ações, todas escriturais e sem valor nominal, sendo 920.209.053 ações ordinárias e 94.014.683 ações preferenciais resgatáveis, totalmente subscritas e integralizadas e sem quaisquer ônus, exceto pelas disposições previstas no Acordo de Acionistas. O aumento de capital ocorrido no ano de 2025 decorre de aportes feitos pela controladora para viabilizar a implementação do Sistema de Transmissão Novo Estado e seus respectivos reforços. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A.	920.209.053	-	920.209.053
Itaú Unibanco S.A.	-	94.014.683	94.014.683
	920.209.053	94.014.683	1.014.223.736

b) Reserva de capital

A Companhia alocou o montante captado via emissão de ações preferenciais resgatáveis da seguinte forma: parte como capital social integralizado, no montante de R\$ 250.000, e parte como reserva de capital, no montante de R\$ 250.000. Mais informações vide Nota 13 – Ações preferenciais resgatáveis.

c) Reserva de lucros

c.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c.2) Reserva de retenção de lucros

Em 2025, a Companhia destinou R\$ 76.966 (R\$ 118.028 em 2024) a essa reserva para fazer frente aos compromissos financeiros futuros da Companhia.

d) Dividendo mínimo obrigatório

O Acordo de Acionistas assinado na emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 13 – Ações preferenciais resgatáveis), indica que, a partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados semestralmente, não estando a NEP obrigada a distribuir dividendos antes deste evento. O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício (após deduções previstas no Estatuto Social), ajustado nos termos da lei das sociedades por ações.

Em 2025, a Companhia destinou o montante de R\$ 1.949 a título de dividendos mínimos obrigatórios. Em 2024, a Companhia destinou montantes de dividendos prioritários acima do mínimo obrigatório e, por este motivo, não foram destinados valores referentes a esta rubrica.

NOTA 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2025	2024
Remuneração de ativo de contrato	522.364	528.335
Operação e manutenção	58.540	49.559
Receita de construção de infraestrutura de transmissão ¹	(13.193)	6.972
Outras receitas	9.089	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	576.800	584.866

(1) O valor negativo no projeto Novo Estado refere-se: (i) baixas de depósitos judiciais devido a êxito em ação tributária, ocasionando uma redução do custo total de construção do projeto; e (ii) reversão de provisões por conta da reavaliação da expectativa de desembolso dos valores, reduzindo o custo de construção e consequentemente a receita de construção após a aplicação da margem de construção. Maiores informações vide nota 7 – Ativo de Contrato.

NOTA 17. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	Controladora					
	2025			2024		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	166.532	166.532	166.532	124.240	124.240	124.240
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	(41.633)	(14.988)	(56.621)	(31.060)	(11.182)	(42.242)
Diferenças permanentes						
Outros	41.633	14.988	56.621	31.060	11.182	42.242
	-	-	-	-	-	-
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

	Consolidado					
	2025			2024		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	266.676	266.676	266.676	248.617	248.617	248.617
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	(66.669)	(24.001)	(90.670)	(62.154)	(22.376)	(84.530)
Diferenças permanentes						
Outros	(2.630)	(6.844)	(9.474)	(29.287)	(10.560)	(39.847)
	(69.299)	(30.845)	(100.144)	(91.441)	(32.936)	(124.377)
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(834)	(6.198)	(7.032)	(17.429)	(6.292)	(23.721)
Diferido	(68.465)	(24.647)	(93.112)	(74.012)	(26.644)	(100.656)
	(69.299)	(30.845)	(100.144)	(91.441)	(32.936)	(124.377)
Alíquota efetiva ¹	26,0%	11,6%	37,6%	36,8%	13,2%	50,0%

(1) A variação da alíquota efetiva se deve, substancialmente, pelo reflexo no imposto diferido sobre a remuneração do ativo de contrato.

NOTA 18. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contratos de operação e manutenção (O&M)

A Companhia, por meio de sua controlada direta Novo Estado, mantém contratos de operação e manutenção, vigentes até 2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 7.679.

NOTA 19. SEGUROS

A Companhia, por meio de sua controlada direta Novo Estado, é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. Sua participação na referida apólice é no montante de R\$ 288.164. para danos materiais. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

NOTA 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Controladora	Consolidado	Controladora
	ATIVO	PASSIVO	PASSIVO
	Dividendos	Dividendos	Dividendos
31.12.2025			
Novo Estado	59.341	-	-
ETP	-	-	1.949
ENGIE	-	1.949	-
	59.341	1.949	1.949
31.12.2024	46.801	-	-

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Novo Estado Participações S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Henrique Labanca
Diretor Presidente

Leonardo Germano Depiné
Diretor Administrativo e Financeiro

Matheus Amorim
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2



**Shape the future
with confidence**

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento



Shape the future
with confidence

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.




Shape the future
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 31 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adivo França Junior
Contador CRC BA-021419/O